

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

No dia 6 de setembro de 2024, às 14h30min, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Augusto Ferrer; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Joab Henrique da Silva; Severino Carlos Amorim; Rafael Farias Almeida; Ana Paula de Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Gilmar Correia da Silva; Roberto Gercino; Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Filipe Moura; Rennan Mendes dos Santos.** Conselheiras (os) Suplentes: **Natália Oikawa; Dayvton Diego Almeida; Salatiel Magno Siqueira Alves; Renan Cabral da Silva; Marinna Regueira Duarte; Francisco de Assis do Nascimento.** PAUTA: **01. INFORMES; 1.1** - Indicação de 01 (um) suplente para Comissão Deliberativa (Curadoria) do Funcultura/2024 – URGENTE; **1.2** - LPG/Pagamentos; **02** - PNAB; **03** - Apresentação das Metas do PEC (Edvaldo coordenador). **INFORMES.** **Rafael Farias** abriu a reunião extraordinária do Conselho no dia 6 de setembro, véspera de feriado. Ele pediu a Amanda que compartilhasse as pautas no chat e mencionou que tentaria ser breve para avançar na indicação da Comissão Deliberativa do Funcultura. Nos informes, Rafael destacou sua participação como representante do Conselho em uma visita à Fundação Cabras de Lampião, em Serra Talhada, onde parabenizou Cleonice pelo trabalho da Fundação, que completaria 30 anos no próximo ano. Ele também informou que Arcoverde havia lançado os editais da PNAB, cujas inscrições começariam na semana seguinte. Por fim, parabenizou Dayvton pela realização da Feira do Livro Felicidade, elogiando sua coragem em manter a leitura como um valor essencial, apesar dos desafios da era tecnológica. **Wagner Egito** iniciou a fala registrando pendências do Conselho, destacando a importância de ações práticas e deliberações. Ele sugeriu a realização de reuniões extraordinárias, se necessário, para resolver as questões pendentes. Entre os pontos levantados, mencionou os crachás, a publicação de atas e resoluções no portal, e a instalação de uma comissão de acompanhamento da PNAB, que precisava de substituição de um dos membros. Também mencionou um curso sobre relacionamento com as mulheres, eleições setoriais atrasadas há um ano, e o mandato da sociedade civil, que estava pendente há cinco meses. Além disso, ressaltou a importância da composição das Comissões Temáticas, que não estavam funcionando plenamente. **Dayvton Almeida** fez um convite ao Conselho para o lançamento do livro "O Moreno, uma versão

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

abstrata", que ocorreria no dia 13, às 19h, na Estação da Cultura de Moreno, um espaço em processo de revitalização. O livro, financiado pela Lei Paulo Gustavo, foi escrito por uma jovem autora e é sua primeira obra. Além disso, a autora também criou telas que mostram sua visão abstrata de Moreno. Dayvton destacou a importância do evento e convidou a todos que estivessem próximos a comparecer. **Marcelo de Ogum** expressou sua frustração e tristeza durante a reunião, mencionando que, embora estivesse participando de um evento importante na Ilha de Itamaracá, se sentia magoado pela falta de retorno da gestão local. Ele havia enviado um ofício à Secretaria sobre o Festival de Verão e o evento de abertura na ilha, mas não recebeu nenhuma resposta, o que considerou um desrespeito, especialmente por se tratar de cultura popular. Marcelo lamentou a falta de consideração e deixou seu repúdio quanto à situação. **Rafael Farias** reforçou o ponto trazido por Marcelo, mencionando que não era novidade o governo prometer apoio, mas não cumprir. Ele citou como exemplo as quadrilhas juninas, que também enfrentaram problemas em junho, quando Roberto Carlos Gomes, presente nas reuniões, foi prometido o patrocínio de quadrilhas para o Recife Junino, mas não houve cumprimento. Rafael sugeriu que, talvez devido à infraestrutura oferecida pela Prefeitura do Recife, o governo estadual não tenha se interessado em patrocinar as quadrilhas, prejudicando os brinquedos populares. Ele anunciou que traria essa pauta para a próxima reunião ordinária para uma discussão mais aprofundada. **Thaynna Leocádio** solicitou uma questão de ordem, mencionando que Viviane teria que sair em 15 minutos e sugeriu adiantar a apresentação para acomodar essa necessidade. **Rafael Farias** sugeriu encerrar as inscrições e adiantar a pauta da comissão deliberativa antes de prosseguir com outros temas. Ele explicou que uma das pautas era a indicação para a cadeira de suplente da Comissão Deliberativa do Funcultura. A sociedade civil havia deixado em aberto para que nomes fossem sugeridos, e Thaynna apresentou um nome. Rafael propôs que, após a apresentação da indicada, fosse feita a votação, caso todos concordassem. Ele também mencionou que o titular da cadeira já havia sido definido, um ex-presidente do Conselho, e passou a palavra para Thaynna. **Thaynna Leocádio** fez uma breve introdução sobre a indicação de Viviane Salazar para a Comissão Deliberativa. Ela explicou que essa indicação surgiu devido à urgência, já discutida em cerca de quatro reuniões. Thaynna destacou que Viviane, professora e ex-integrante da comissão setorial, sempre contribuiu significativamente, especialmente durante seminários e discussões. Ela sugeriu que Viviane se apresentasse ao Conselho. **Viviane Salazar** se apresentou como professora universitária na área de Hotelaria e Turismo, com experiência de dois a três anos na Setorial de Gastronomia. Ela explicou que,

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

embora atue principalmente em eventos acadêmicos, também tem alguma experiência com eventos culturais. Viviane mencionou que foi convidada por Thaynna e que, por não ter submetido projetos ou feito parte de equipes de projetos, preenche os requisitos para a função, disponibilizando-se para ser suplente na Comissão Deliberativa. **Rafael Farias** deu continuidade ao processo após a apresentação de Viviane. Ele abriu a votação e perguntou se alguém se opunha à indicação, pedindo que levantassem a mão. Como não houve oposição nem abstenções, o nome de Viviane foi aprovado como suplente na Comissão Deliberativa do Funcultura. Ele finalizou informando que encaminharia os nomes aprovados pelo Conselho para prosseguir com os trâmites. **Clarice Andrade** iniciou sua participação agradecendo a presença de todos e trouxe um informe sobre as contribuições do Conselho para os próximos editais do Funcultura. Ela sugeriu que as contribuições poderiam ser enviadas por escrito, seja fisicamente, via SEI ou por e-mail, conforme o procedimento padrão do Conselho. Além disso, anunciou a realização de um processo de escutas com a sociedade, semelhante ao do ano anterior, utilizando um formulário on-line que seria disponibilizado no linktree do Instagram e no portal "Cultura PE" até o final do mês, até 30 de dezembro. As consultas ocorreriam entre os dias 16 e 20 de setembro, com escutas programadas para diferentes linguagens artísticas, como microprojetos, música, audiovisual, artes visuais, literatura, patrimônio, teatro, dança, entre outros. Clarice convidou os membros do Conselho a participarem e mencionou que um ofício e um PDF explicativo sobre o processo seriam enviados a Amanda para facilitar a participação. Ela finalizou pedindo que as linguagens artísticas fossem levadas em consideração, visando melhorar os editais a cada ano. **Rafael Farias** expressou uma dúvida, ele mencionou que havia um entendimento de que uma reunião seria realizada com o Conselho para debater alguns assuntos e, a partir disso, um documento seria enviado aos membros. **Clarice Andrade** expressou preocupação com o tempo disponível para lançar o edital, que precisava ser divulgado até dezembro para não comprometer sua execução. Ela destacou a importância de debater o edital, mas enfatizou que não poderia compartilhar informações privilegiadas com o Conselho, pois isso poderia impedir a participação de alguns membros. Clarice mencionou uma discussão semelhante que ocorreu no ano anterior e propôs realizar uma escuta sobre o audiovisual no dia 18. Ela sugeriu que seria ideal trazer algumas propostas já definidas para facilitar o debate e explicou que o Conselho deveria enviar suas sugestões, conforme ocorrido com os Conselhos de Patrimônio e Audiovisual em anos anteriores. **Rafael Farias** destacou a importância do diálogo no Conselho de Política Cultural, enfatizando que esse espaço é adequado para debater políticas públicas. Ele ressaltou a

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

necessidade de discussões efetivas e a importância de envolver a sociedade civil. Rafael mencionou a existência da comissão de editais, que poderia contribuir com material já discutido, mas observou que os editais anteriores não haviam atendido às expectativas. Ele defendeu a necessidade de alinhar alguns pontos para que a contribuição do conselho fosse mais efetiva, enfatizando que todos os membros tinham interesse em entender os detalhes e buscar um caminho participativo e democrático. **Clarice Andrade** solicitou a possibilidade de realizar uma reunião extraordinária na semana seguinte, para não interferir em seu calendário de escutas e para que pudesse ouvir a sociedade, além dos conselhos. Ela também pediu acesso ao material de contribuição já sistematizado, com o intuito de preparar uma apresentação que ajudaria na discussão. Clarice ressaltou a importância de ter uma metodologia mais dinâmica, embora tenha se desculpado por parecer estar se intrometendo. **Rafael Farias** informou que iria conversar com o pessoal da comissão de editais, uma vez que não se reuniam há algum tempo. Ele se comprometeu a verificar o material do Funcultura enviado no ano anterior. Rafael considerou interessante que a discussão ocorresse em uma reunião extraordinária, enfatizando a importância de pensar sobre o futuro e a relevância da contribuição para esse tema. **Amanda Carneiro** sugeriu a marcação de uma reunião extraordinária exclusivamente para tratar do assunto, argumentando que a discussão demandaria tempo e seria muito valiosa para todos os envolvidos no processo. Ela acreditava que, assim, teriam mais conforto para debater durante uma reunião dedicada a esse tema, ressaltando que essa proposta não deveria ser penalizada. **Clarice Andrade** aguardou o agendamento da reunião extraordinária, pedindo que, se possível, fosse marcada ainda no mês de setembro, mesmo que nos últimos dias. Ela destacou que, como o Conselho abrange diversas linguagens, era importante sistematizar as informações de maneira eficaz. Clarice enfatizou a necessidade de organizar tudo da melhor forma possível e agradeceu pela atenção. **Rafael Farias** iniciou a discussão sobre a situação dos questionamentos que havia feito ao grupo dos 80, dirigidos a Filipe Moura, indicado pelo governo para a reunião. Ele expressou a frustração dos produtores da sociedade civil em relação à demora nos pagamentos dos projetos aprovados, mencionando a dificuldade enfrentada por aqueles no interior de Pernambuco ao tentar resolver suas pendências. Rafael destacou a importância de obter devolutivas da Secretaria de Cultura, lamentando a falta de respostas claras, especialmente de Filipe Moura. Ele enfatizou que sua cobrança se baseava nas preocupações da sociedade civil e no desejo de melhorar a relação entre o Conselho e o governo. Rafael afirmou que não estava ali para criticar o governo, mas também não pretendia omitir problemas e que era

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

essencial trabalhar juntos para resolver essas questões. **Filipe Moura** iniciou sua fala agradecendo a todos e fez referência à intervenção de Rafael Farias sobre a situação dos pagamentos da Lei Paulo Gustavo. Ele lembrou que, na mesma semana em que foi questionado sobre os pagamentos, houve uma solicitação anterior à secretaria sobre os próximos passos e datas para divulgação das informações. Filipe afirmou que a Secretaria respondeu rapidamente, mas que a segunda pergunta gerou expectativas que não foram atendidas. Ele reconheceu que a quantidade de mensagens no grupo dificultou seu acompanhamento. Filipe ressaltou que os pagamentos estavam em andamento e que a Secretaria estava trabalhando arduamente para que os recursos chegassem aos proponentes. Ele sugeriu que o Conselho discutisse o funcionamento do setor financeiro da Secretaria para melhor compreensão do andamento dos processos. Filipe pediu desculpas a Rafael pela falta de comunicação e reconheceu que houve falhas de sua parte em não ter dado um retorno mais claro. Ele finalizou destacando que as informações estavam sendo atualizadas constantemente, mas que o trabalho diário da Secretaria era desafiador. **Ana Paula Jardim** começou sua fala destacando que, em breve, a equipe concluiria os pagamentos da Lei Paulo Gustavo, restando apenas cerca de 19 pendências. Ela explicou que os atrasos foram causados por diversos fatores, como a dificuldade em contactar os contemplados e problemas financeiros, que exigiram um trabalho manual extenso para resolver. Ana mencionou que a Secretaria teve que fazer um esforço considerável para garantir que os recursos chegassem, ressaltando que, na PNAB, as regras deveriam ser seguidas estritamente. Ela observou que a Secretaria não deveria ter esse papel de ir atrás das pessoas, mas que, para garantir o cumprimento da lei, não poderia deixar de contemplá-las. Ana destacou os desafios enfrentados, como informações incorretas e problemas com contas, que dificultaram o processo. Ela informou que, apesar de estarem finalizando a Lei Paulo Gustavo, o atraso também se deveu à participação da Secretaria em projetos como o "Pernambuco Meu País", que não estava previsto. Ana mencionou que vários editais estavam prontos e aguardavam apenas análise da PGE para serem lançados, embora houvesse um limite de prazo para publicação que provavelmente não seria cumprido. Ela concluiu enfatizando que a equipe foi pega de surpresa com a inclusão de novos projetos, mas que estava trabalhando para resolver as pendências. **Rafael Farias** expressou sua gratidão a Ana por sua presença na reunião do Conselho, ressaltando a importância de sua participação para trazer esclarecimentos. Ele, no entanto, discordou de alguns pontos mencionados por ela. Rafael relatou que ajudou produtores locais e citou um caso em que um jovem foi desclassificado após ter enviado sua documentação corretamente, indicando uma

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

desorganização no processo. Ele enfatizou que não se pode atribuir toda a responsabilidade aos produtores culturais, já que erros ocorreram de ambos os lados. Rafael mencionou um caso específico envolvendo Cleonice, onde houve um erro significativo no depósito de um projeto, refletindo a falta de cuidado na gestão financeira. Ele observou que os artistas foram penalizados pela situação da Lei Paulo Gustavo, destacando que, apesar das dificuldades enfrentadas por todos, a realidade dos artistas e produtores na ponta da cadeia é que esses recursos são essenciais e muitas vezes emergenciais. Rafael questionou como o governo conseguiria lidar com as demandas futuras, já que soubera que houve pedidos de prorrogação no Ministério da Cultura. **Ana Paula Jardim** mencionou que a equipe estava aprimorando os sistemas, embora os problemas encontrados fossem mínimos em comparação aos desafios que enfrentaram desde sua entrada na Secretaria de Cultura, há um ano. Ela destacou que, ao começar a enviar os tacks, recibos e contas, encontraram muitos mais problemas do que esperavam. Ana Paula enfatizou a importância de realizar uma busca ativa e de atualizar as informações, como e-mails e telefones, no mapa de registros. Ela recordou que, em novembro, a equipe havia feito uma atualização significativa na Rac Lab. **Wagner Egito** discordou das devolutivas de Ana, afirmando que os fazedores de cultura e produtores não eram culpados pela situação. Wagner argumentou que a responsabilidade pelos problemas de comunicação recaía sobre a Secretaria, já que muitos produtores perderam prazos devido à falta de informações adequadas. Ele ressaltou que a questão das contas bancárias deveria ser divulgada publicamente para evitar confusões. Wagner também mencionou a realização do festival "Pernambuco Meu País", que não estava na pauta do Conselho, questionando a necessidade desse evento naquele período. Ele sugeriu que a realização do festival fosse reconsiderada e lembrava que a equipe da Secretaria estava defasada há anos. Por fim, enfatizou que os fazedores de cultura não deveriam ser penalizados pelos erros na operacionalização dos projetos, que eram de responsabilidade da Secretaria. **Wllyssys Wolfgang** pediu a Ana Paula Jardim que lembrasse sua equipe de incluir questões sobre o Sertão, o Agreste e a Zona da Mata ao criar ou lançar editais, uma vez que houve problemas na distribuição nos últimos editais. Ele mencionou que não se sentiu parte do projeto "Pernambuco Meu País", especialmente por estar no extremo do Estado, e pediu que, para evitar transtornos futuros, fosse feita essa consideração nas discussões. Wllyssys destacou a importância da participação do Sertão, que foi a região que mais contribuiu para a PNAB e abordou a questão da distribuição de recursos. Ele sugeriu que a distribuição não se baseasse apenas no número de projetos, mas sim na capilaridade econômica dos recursos. Ele

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

também aguardava uma reunião, prometida por Ana Paula, para discutir a regionalização e se colocou à disposição para contribuir em um ambiente mais democrático. Além disso, Wllyssys observou a sobrecarga da equipe da Secretaria em termos administrativos e de gestão, considerando isso perigoso. Ele sugeriu que fossem contratadas mais pessoas para atender às demandas, já que a equipe estava sobrecarregada e adoecendo. Ele enfatizou a urgência da reunião sobre regionalização e a necessidade de promover encontros descentralizados para que o governo entendesse melhor as realidades do Sertão e das demais regiões. **Carlos Amorim** expressou preocupação em relação às questões discutidas na reunião. Ele observou que, embora a equipe fosse pequena e dedicada, às vezes as informações se tornavam confusas. **Ana Paula Jardim** mencionou que alguns inscritos haviam fornecido CPF incorretos, mas conseguiram resolver a situação, o que poderia ter levado à desclassificação de muitos. **Carlos Amorim** também destacou problemas no âmbito jurídico, afirmando que certas exigências pareciam desnecessárias, como a necessidade de declarações de pertencimento a entidades, quando já havia ata de confederação que documentava essa informação. Ele sugeriu que, assim como em Recife, a Secretaria considerasse prazos para a publicação de documentos, a fim de facilitar a participação no processo, sem que houvesse a desconsideração das certidões necessárias. Carlos concluiu pedindo uma melhor comunicação para evitar confusões nos processos. **Rafael Farias** comentou sobre alguns equívocos que ocorreram em relação aos produtores culturais. Ele destacou que houve confusão em Arcoverde, onde um produtor enviou o CNPJ, mas o registro saiu em nome de uma pessoa física, o que exigiu uma nova verificação no jurídico. Rafael ressaltou que, embora houvesse falhas do governo, era importante também considerar a responsabilidade dos próprios produtores. Ele citou o exemplo de um técnico local, Pedro Gilberto, que foi desclassificado porque digitou um número de conta errado e não recebeu contato da Secretaria para corrigir o erro. Rafael enfatizou a necessidade de um cuidado maior nesse processo. **Ana Paula Jardim** explicou que, para receber, os produtores precisavam ter a documentação correta. Ela afirmou que, se eliminasse todos que apresentaram documentação inadequada, 90% não teriam recebido. Ana comentou que a falta de documentação adequada, como identidade borrada ou contas inexistentes, gerava retrabalho. Em relação à comunicação dos editais, destacou que todas as informações foram disponibilizadas pelo Mapa Cultural e que houve um esforço para manter os produtores informados sobre as fases do processo, apesar de não haver obrigação de enviar atualizações via WhatsApp. Ana mencionou que a decisão de realizar o projeto "Pernambuco Meu País" foi uma iniciativa do

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

governo, que contratou mais de 800 fazedores de cultura. Ela explicou que o evento "Cena Nordeste" foi assumido pela nova gestão, que teve que executar os contratos previamente estabelecidos. A execução de ambos os eventos exigiu contratações significativas e planejamento cuidadoso. Ana também abordou a importância da qualificação da equipe e comentou sobre as dificuldades na contratação de pessoas capacitadas. Ela reforçou que a documentação solicitada é uma exigência legal e que o trâmite para contratações segue normas estabelecidas. Ana reconheceu a sobrecarga de trabalho e a dificuldade em responder a todas as demandas rapidamente, mas destacou que a equipe tem conseguido melhorar o tempo de resposta. Por fim, ela reiterou que todas as exigências documentais decorrem de leis e que a equipe está aberta a sugestões, mas não pode parar suas atividades para ensinar novos contratados. **Rafael Farias** expressou sua satisfação ao saber que não haveria prorrogação dos editais e que, ainda naquele ano, haveria recursos disponíveis para os artistas e produtores culturais. Ele ressaltou a importância de que a política cultural fosse encarada como uma política de Estado, e não apenas como uma ação do governo atual. Rafael mencionou a expectativa em relação ao Plano Nacional de Cultura, esperando que se tornasse uma política permanente. Ele comentou sobre a penalização que os artistas estavam enfrentando devido ao programa "Pernambuco Meu País", reconhecendo que isso não era culpa dos produtores culturais. Rafael observou que, embora houvesse um ponto positivo na mudança de estratégia, também houve muitos aspectos negativos, destacando a necessidade de mais espaço para a cultura popular. No entanto, ele decidiu não aprofundar essa discussão naquele momento, enfatizando que os artistas na ponta não deveriam ser prejudicados pela falta de estrutura do governo. **Dayvton Almeida** comentou sobre a situação em que alguém havia enviado um número de CPF errado e precisou realizar a troca. Ele relatou que já havia sido desclassificado de vários editais por erros na documentação, destacando a confusão gerada por essas situações. Dayvton criticou a omissão do Estado em capacitar os fazedores de cultura para evitar esses problemas. Ele observou que, embora existissem normas que permitissem correções, a administração governamental ainda apresentava falhas. Para ele, o discurso sobre a emergência da situação parecia ser desigual, onde algumas situações eram tratadas com mais rigor do que outras. Dayvton expressou preocupação com a possibilidade de um projeto ser inscrito no CPF de outra pessoa, ressaltando a gravidade dessa questão e a necessidade de melhorias no processo. **Rafael Farias** concluiu afirmando que os esclarecimentos trazidos por Ana Paula Jardim foram importantes, especialmente ao indicar que não haveria prorrogação, o que o deixou satisfeito. Ele mencionou o grande

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

volume de trabalho da equipe e concordou com a necessidade de mais pessoas para evitar sobrecarga, citando Willyssys, ao destacar a importância de ter uma equipe saudável para fornecer respostas à sociedade civil e à classe artística. Rafael enfatizou a relevância da PNAB, afirmando que o cumprimento do prazo até dezembro era sua maior preocupação. Ele mencionou que a questão mais frequente que recebia era sobre o lançamento dos editais, já que muitas prefeituras já haviam lançado os seus. Por fim, ele questionou se a equipe teria capacidade para operacionalizar a PNAB, dado o aumento de demanda. **Ana Paula Jardim** explicou que a LPG foi um aprendizado importante, mencionando que não será mais feito cadastro de conta manual, e que os processos sairão em lotes. Ela destacou que os prazos não serão prorrogados devido à falta de tempo, ressaltando que muitos municípios ainda estão lançando seus editais, apesar de serem em menor escala. Ana Paula comentou que apenas três estados brasileiros conseguiram lançar seus editais até o momento e que o estado está prestes a lançar quase todos os seus editais, aguardando apenas a aprovação da PGE. Ela mencionou que a equipe de comunicação está orientando as pessoas a ficarem atentas aos lançamentos dos editais, uma vez que não haverá prorrogação, pois a execução dos processos seria comprometida. Ana Paula também apontou melhorias no processo de ranqueamento, que foi otimizado para ser concluído em três dias, e destacou que vários problemas enfrentados no passado foram resolvidos. A equipe que trabalhou na prestação de contas da LPG e da LAB 1 e 2 agora está preparada para fazer a análise documental dos novos processos. Por fim, ela convidou os interessados a visitarem a Secretaria de Cultura, assegurando que serão bem recebidos em qualquer setor. **Rafael Farias** reconheceu que a equipe da Secretaria de Cultura é sempre acolhedora e disponível, compartilhando que já havia procurado a secretaria algumas vezes. Contudo, ressaltou a dificuldade para pessoas de regiões como Petrolina terem acesso fácil à Secretaria, sugerindo que deveria haver uma filial no Sertão, semelhante ao que acontece nas áreas da saúde e educação. Ele mencionou que, embora pareça um sonho distante, é uma discussão necessária. Rafael lembrou que o Conselho votou pela realização de reuniões descentralizadas, promessa feita pela Secretária de Cultura, Cacau de Paula, mas que não foi cumprida. Ele também comentou sobre questões pendentes, como o crachá dos participantes, mencionando que, no evento "Pernambuco Meu País", alguns tinham crachá, mas não sabia se era do governo estadual. Ele destacou que, apesar da grandiosidade do evento, com um palco maravilhoso e artistas se apresentando, questões simples, como a distribuição dos crachás, ainda causavam impasse. Ao final, passou a palavra a Amanda, que tinha algo a dizer sobre os crachás e

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

a pendência de fotografias. **Amanda Carneiro** explicou que as solicitações para reuniões descentralizadas foram enviadas, mas que há dificuldades com os prazos, já que muitos não responderam. Ela destacou que a equipe fez solicitações, como o envio de endereços, mas não recebeu retorno. Mencionou que o Conselho está aguardando a PGE sobre a verba para as reuniões descentralizadas e enfatizou a importância de prestar contas do dinheiro público. Sobre os crachás, Amanda afirmou que já havia enviado uma lista para Rafael, mas muitos não forneceram as informações corretamente. Algumas fotos enviadas estavam inadequadas, com pessoas de óculos escuros, bonés ou poses inadequadas. Ela disse que a remessa de crachás será feita em conjunto com a Secult e pediu urgência no envio das fotos corretas, com fundo branco e sem óculos. Amanda deixou claro que quem não cumprir o prazo ficará sem crachá e que isso será registrado em ata para evitar reclamações futuras. **Wagner Egito** expressou frustração com a falta de objetividade nas discussões, mencionando que, ao entrar em pautas importantes como a PNAB, surgem interrupções com temas menores, como os crachás. Ele criticou a responsabilização dos membros por fotos inadequadas, apontando que muitos não têm câmeras ou fundos apropriados para tirar fotos padronizadas. Ele sugeriu que, se fosse necessário um padrão, a Secult deveria fornecer fotografos profissionais. Wagner questionou a falta de clareza em relação ao cronograma da PNAB, observando que já estavam com o tempo prejudicado, com menos de quatro meses para análise criteriosa de milhares de projetos. Ele comparou com a LPG, que levou mais de um ano para ser avaliada, e alertou que a pressa poderia causar erros e injustiças. Wagner também perguntou sobre a comissão de acompanhamento da PNAB, aprovada pelo Conselho, e destacou a importância de haver um acompanhamento próximo das datas e prazos. Ele levantou a questão sobre o Mapa Cultural, mencionando que antes os arquivos não seguiam uma ordem lógica, o que dificultava a busca por informações. Ele queria saber se essa questão havia sido resolvida. Além disso, questionou se o e-mail seria o meio oficial de comunicação da PNAB com os proponentes e se os editais incluiriam prazos para que os fazedores de cultura corrigissem eventuais pendências nos documentos submetidos. **Filipe Moura** comprometeu-se a buscar informações com a alta gestão da Secretaria e repassá-las, preferencialmente via grupo de WhatsApp, para agilizar o processo e evitar esperar até a próxima reunião. Ele lamentou que Wagner Egito não tenha sido objetivo em momentos anteriores, quando teve a oportunidade de fazer suas perguntas diretamente a Ana Paula. Reforçou que a Secretaria e suas gerências, especialmente no que se refere à PNAB, estão sempre abertas para esclarecer dúvidas. Filipe mencionou que algumas questões

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

levantadas por Wagner já haviam sido discutidas, mas foram abordadas quando Ana Paula não estava presente, e agora ele trouxe novas demandas que seriam encaminhadas. **Rafael Farias** discordou de Filipe Moura, afirmando que as discussões se conectam, com um assunto levando a outro, e todos sendo importantes. Ele destacou que a LPG está intimamente ligada à PNAB, pois o governo atual geriu o recurso da LPG e seria responsável pela gestão da PNAB. Rafael mencionou que percebeu melhorias no Mapa Cultural e que alguns problemas já parecem resolvidos, com base em suas conversas. No entanto, ele achou estranho que Filipe, como representante do governo, precisasse levar questões para obter respostas posteriormente. Ele sugeriu que era necessário estar mais preparado para fornecer devolutivas no momento da reunião. Rafael também criticou a forma como Filipe se dirigiu ao conselheiro, considerando-a desrespeitosa e grosseira, embora tenha frisado que falava com respeito à trajetória artística de Filipe. **Filipe Moura** afirmou que não desejava tratar o assunto com leviandade e recapitularia a questão da PNAB. Ele explicou que, quando a pergunta foi feita no grupo de WhatsApp, em 24 horas receberam a estimativa de que os editais seriam abertos ao público nas primeiras semanas de setembro, como confirmado por Ana Paula. Filipe ressaltou que a informação foi repassada a todos os conselheiros e que, até o início de setembro, a maioria dos editais estaria disponível. Ele também comentou sobre as dificuldades enfrentadas na LPG, mencionando que alguns proponentes abandonaram suas propostas ou demoraram para responder às comunicações, o que causou problemas no andamento do processo. Filipe destacou que a realidade da LPG contemplava esses desafios e que muitas questões levantadas por Rafael foram esclarecidas anteriormente. Em relação às perguntas de Wagner, Filipe reconheceu que algumas ainda precisavam de respostas precisas, pois não poderia dar informações aproximadas. Ele afirmou que não se sentia constrangido pela necessidade de esclarecimentos durante a reunião e que estava comprometido em obter respostas concretas, mesmo que essas questões não estivessem na pauta da reunião extraordinária. **Wagner Egito** explicou que seus questionamentos não precisavam de respostas imediatas, mas levantou uma impressão de que a maneira como foi abordado, especialmente sobre a PNAB, parecia indicar um desconforto com seu nome. Ele mencionou que a forma como Ana Paula também se referiu a ele reforçou essa sensação. Wagner afirmou que o processo anterior de embate, tanto com a Secult quanto no Conselho, já havia sido finalizado e que, pessoalmente, ele não tinha problemas com ninguém. Ele ressaltou que seus pontos sobre a PNAB foram apresentados rapidamente devido à limitação de tempo, mas eram questões importantes que deveriam ser

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

consideradas antes do lançamento dos editais, especialmente em relação ao meio de comunicação oficial e à possibilidade de correção de pendências. Segundo Wagner, essas medidas poderiam evitar problemas futuros, além de facilitar o trabalho da equipe da Secult. Por fim, ele reafirmou que não havia mal-entendido e que a intenção era apenas garantir que os pontos fossem levados em consideração, destacando que o Conselho estava em uma nova fase e que tudo estava tranquilo. **Rafael Farias** completou a fala de Wagner e de Filipe, contextualizando que, historicamente, o Conselho sempre contava com a presença da Secretária de Cultura ou do Secretário Executivo, prática comum que ele conhecia desde sua época como suplente. Ele citou a presença de Silvana Meireles nas reuniões da gestão anterior como um exemplo positivo. Rafael expressou sua preocupação de que a nova gestão estivesse tratando o Conselho de maneira diferente, levantando a hipótese de que isso pudesse ser uma política de governo, embora esperasse estar equivocado. Ele também perguntou se mais alguém gostaria de contribuir com a pauta da PNAB, ressaltando que, pessoalmente, já havia sanado suas principais dúvidas, especialmente após Wagner ter levantado questionamentos que ele mesmo faria, o que o fez sentir-se contemplado. **Wagner Egito** apresentou uma proposta ao Conselho, sugerindo que se posicionassem publicamente enquanto esclareciam dúvidas. Ele enfatizou a importância de transmitir uma mensagem e orientação aos fazedores de cultura, ressaltando que a falta de posicionamento poderia ser interpretada como omissão ou conivência. Wagner lembrou que, desde fevereiro e março, havia defendido a criação de uma comissão de organização para acompanhar as questões pertinentes e que restava menos de quatro meses para que o Conselho se pronunciasse. Ele sugeriu que o Conselho emitisse uma nota informando sobre a reunião e cobrando celeridade na divulgação do cronograma dos editais, devido ao tempo limitado para análise, inscrições e pagamentos. Wagner acreditava que, se o Conselho não tomasse uma posição, poderia ficar em uma situação desfavorável perante seus representados. **Rafael Farias** propôs que o Conselho elaborasse uma nota de esclarecimento sobre as discussões realizadas em relação à PNAB, mencionando que a proposta de Wagner poderia ser aprovada e, em seguida, compartilhada no grupo do Conselho e enviada para comunicação. Ele destacou que, antes de prosseguir, seria necessário colocar a proposta em votação e perguntou se alguém tinha outra sugestão além da de Wagner. Após a proposta ser aprovada, Rafael solicitou a Wagner que encaminhasse a nota para o grupo dos 80. Ele se ofereceu para contribuir com melhorias no texto e, em seguida, pediu que a Comunicação do Conselho publicasse a nota em seus canais de comunicação. **Willyssys Wolfgang** mencionou que, no dia 27 de maio, foi

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

discutido parte do plano anual de aplicação de recursos. Desde então, passaram-se 102 dias sem que houvesse um cronograma ou uma data de lançamento dos editais. Ele questionou Filipe sobre a falta de uma resposta objetiva, lembrando que a Secretária Executiva, Yasmim Neves, havia afirmado que os editais seriam lançados no início de agosto. Wllyssys expressou preocupação com a aplicação dos recursos, especialmente em relação à região metropolitana, e enfatizou a necessidade de uma nota do Conselho, destacando o prestígio conquistado pelo grupo ao longo dos meses e anos de trabalho, além da expectativa da população em relação ao retorno dos recursos. **Rafael Farias** explicou que Ana Paula Jardim informou que os editais começariam a ser divulgados de forma escalonada na próxima semana e que não haveria prorrogação dos prazos. Ele ressaltou a importância de levar essa informação às bases, pois os prazos para inscrição seriam curtos. Rafael expressou preocupação com essa situação e convidou Filipe a contribuir com mais informações. **Filipe Moura** confirmou que o presidente estava correto ao trazer as informações repassadas por Ana Paula Jardim, ressaltando que ainda se aguardava um retorno da PGE sobre um edital específico. Ele afirmou que os editais já estavam prontos, haviam passado por ajustes na gerência jurídica da Secretaria e estavam prontos para lançamento. Filipe também destacou que, para evitar a divulgação fracionada das informações, a maioria dos editais começaria a ser disponibilizado na próxima semana, reforçando as palavras de Ana Paula Jardim. **Rafael Farias** informou que havia uma pauta sobre as metas do PEC, relacionada ao plano estadual de cultura, e mencionou a presença de Edvaldo, que gostaria de fazer uma explanação. Ele questionou se esse ponto de pauta demoraria muito e se Edvaldo preferia que a discussão fosse levada para uma reunião exclusiva, como sugerido por alguns conselheiros, para dar à questão a importância merecida, considerando que se tratava de uma política de estado. Rafael decidiu ouvir Edvaldo primeiro e, dependendo da resposta, colocaria em votação se a pauta seria abordada na reunião atual ou em uma próxima. Ele então passou a palavra para Edvaldo. **Edvaldo Júnior** informou que, devido ao horário avançado, seria difícil discutir a pauta do PEC. Ele mencionou que havia solicitado a inclusão da pauta junto com as diretrizes e objetivos validados no GT constituído pelos três conselhos e pela Secretaria, para que os conselheiros já tivessem conhecimento do documento base, que seria apresentado na reunião do Pleno. Edvaldo destacou a importância do Pleno na conclusão desse processo, ressaltando que o Plano Estadual de Cultura anterior estava defasado em seis anos e que era necessário revisá-lo periodicamente, considerando a periodicidade das conferências estaduais e nacionais. Ele explicou que o esforço para realinhar o plano foi baseado em documentos que

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

surgiram de uma ampla discussão com a sociedade civil, incluindo o documento aprovado em 2018 e as propostas de conferências municipais. Edvaldo detalhou que o objetivo era apresentar e priorizar as 106 metas do plano, permitindo que os conselheiros interagissem e votassem sobre as prioridades. Contudo, devido ao avançado horário, ele sugeriu que a pauta fosse transferida para a próxima semana, enfatizando a importância de concluir essa etapa rapidamente para não acumular demandas e avançar na política pública de cultura. Ele se colocou à disposição para colaborar no entendimento e na pauta do Plano Estadual no Pleno do Conselho. **Rafael Farias** sugeriu que a pauta fosse transferida para a próxima reunião ordinária, marcada para o dia 11, devido à indisponibilidade da pauta no IPHAN, que ficou agendada para o dia 18. Ele informou aos colegas do grupo que a próxima reunião seria no dia 18, em formato híbrido, o que permitiria uma melhor operacionalização com os equipamentos para as votações, conforme mencionado anteriormente. Antes de encerrar, Rafael perguntou se alguém tinha outra proposta. **Wagner Egito** informou que já possuía a relação das datas e havia sugerido a Rafael que marcassem uma reunião extraordinária para resolver outras demandas, uma vez que havia muitas questões pendentes. Dessa forma, poderiam ganhar a próxima semana. Ele questionou se seria possível adiantar informações sobre o trabalho, permitindo que chegassem à reunião mais bem preparados, tornando-a mais objetiva caso já tivessem a minuta para estudá-la. **Edvaldo Júnior** explicou a Wagner que a minuta já havia sido disponibilizada por e-mail para o Conselho desde o mês anterior, quase completando um mês desde o envio. **Rafael Farias** pediu que, se possível, a minuta fosse enviada novamente para Amanda, a fim de que ela a colocasse no grupo dos 80, já que o Conselho havia passado por um período conturbado e agora estava reorganizando as questões. Ele sugeriu que a próxima reunião ordinária fosse no dia 18, pois o dia 11 seria complicado para ele, especialmente para tratar de uma pauta que demandasse tempo. Para o dia 18, propôs uma reunião extraordinária com outra pauta mais rápida, mas destacou que as metas do PEC deveriam ser tratadas como prioridade na reunião ordinária. Sugeriu ainda que, como pauta secundária, se discutisse o tema "Pernambuco Meu País", evento que estava sendo muito cobrado, ou que este fosse tratado em uma reunião extraordinária separada. **Amanda Carneiro** concordou com Wagner sobre a necessidade de marcar uma reunião extraordinária após a do PEC, para tratar das pendências relacionadas às comissões temáticas e realizar o fechamento necessário, já que os setoriais dependiam disso. Com a saída de Yasmim, restavam apenas duas pessoas na comissão temática, e era necessário que todos estivessem presentes para assinar e publicar os documentos. Ela

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

ressaltou que havia questões que precisavam ser encaminhadas e deliberadas pelas comissões e mencionou que Rafael já havia conversado com ela em particular sobre esse assunto. **Rafael Farias** propôs como encaminhamento que Amanda colocasse no grupo dos 80 a lista das pessoas que ocupam cada comissão, separadas por área. Em seguida, sugeriu a realização de enquetes para eleger novos membros, começando pela comissão jurídico-ética, onde havia uma vaga. Ele ressaltou que as pessoas que se candidatassem precisariam ter tempo e disponibilidade para participar ativamente, pois muitas vezes membros entravam nas comissões sem tempo para trabalhar, o que travava o andamento. Rafael compartilhou sua experiência pessoal de viajar longas distâncias para participar de reuniões do Conselho, enfatizando que o compromisso com a cultura de Pernambuco requer dedicação. Ele mencionou a importância das comissões, como a de Comunicação, que ele já havia discutido com Alexandre Melo, e a de ética, que foi crucial em decisões do Conselho. Rafael reforçou a necessidade de recompor as comissões com pessoas disponíveis e comprometidas. **Wagner Egito**, ao falar sobre as comissões e as enquetes, sugeriu que, em vez de apenas recompor as vagas, fosse feita uma recomposição completa das comissões, já que havia passado um ano de mandato. Ele destacou que as comissões são fundamentais e que pode haver pessoas atualmente mais disponíveis para trabalhar do que um ano atrás, enquanto outras que faziam parte das comissões talvez não tenham mais disponibilidade. Propôs que todos os membros que desejassem continuar tivessem a liberdade de se candidatar novamente, permitindo também a entrada de novos nomes, conforme o interesse dos candidatos. **Thaynna Leocádio** fez um contraponto à sugestão de Wagner, ressaltando que, de acordo com o regimento, as comissões são permanentes. Ela considerou difícil ficar sempre recompondo as comissões e sugeriu que seria mais adequado que as pessoas já integrantes indicassem se poderiam continuar ou se precisariam se ausentar. Somente após isso, abriria-se a oportunidade para novos interessados. Ela também mencionou que essa questão regimental precisaria ser discutida em uma futura atualização, já que frequentemente é levantada. **Rafael Farias** esclareceu que acreditava que Wagner havia dito exatamente o que Alexandre mencionou. Ele explicou que, se alguém que ocupa um espaço em uma comissão não deseja mais participar, essa pessoa pode sair, permitindo que outra, com mais disponibilidade, preencha a vaga. Ele concordou que o termo "apagar" era forte e que não se pode apagar uma comissão que foi votada. No entanto, reforçou que aqueles que não estão atuando podem ceder seu lugar a alguém que possa contribuir mais, para que as comissões possam avançar efetivamente. **Wagner Egito** reconheceu que não foi claro ao usar a expressão "começar do zero". Sua

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

intenção era renovar as comissões, incluindo pessoas dispostas a contribuir. Explicou que o "começar do zero" significava reavaliar quem gostaria de permanecer nas comissões e trazer um novo equilíbrio. Lembrou que já houve um precedente, em uma reunião anterior, quando foi votada uma destituição através comissão de ética, com base em uma carta do maestro Adailton. Apesar de a comissão ter sido mantida, isso abriu espaço para votações semelhantes. Wagner destacou que seu objetivo era dar novo fôlego às comissões, levando em consideração que as pessoas têm tempos de disponibilidade variados, e reforçou a ideia de abrir espaço para novos membros. Por fim, sugeriu que, além de preencher vagas, houvesse a possibilidade de contestar nomes já integrantes, cabendo ao pleno decidir se as contestações procederiam. **Rafael Farias** afirmou que não levaria a proposta de contestação de nomes ao Pleno naquele momento. Ele ressaltou que era necessário primeiro entender quem estava efetivamente nas comissões permanentes e quem desejava continuar. Esclareceu que não tomaria decisões de cima para baixo e que questionar a atuação de membros era um direito do Conselho, mas não anularia uma votação previamente feita. Apesar de reconhecer que havia precedentes, ele deixou claro que, enquanto estivesse na presidência, não adotaria tal atitude. Informou que as vacâncias seriam recompostas e que, caso um membro não quisesse continuar, ele perguntaria diretamente se havia interesse em participar. Em seguida, passou a palavra para Alexandre. **Alexandre Melo** retirou sua fala sobre a questão da recomposição, já que o presidente havia decidido colocar o assunto no grupo. No entanto, aproveitou a oportunidade para comentar sobre a fala de Wagner, confirmando que o interesse era realmente o que foi mencionado. Alexandre reforçou que desfazer uma comissão votada seria uma atitude antirrepublicana, mas expressou satisfação por o presidente ter reconhecido a importância da democracia e ter agido de forma adequada. Agradeceu ao presidente por sua postura. **Edvaldo Júnior** reforçou que, no dia da reunião sobre as metas do Plano, seria necessário que os conselheiros que não pudessem comparecer presencialmente participassem de forma on-line. Informou que um link seria disponibilizado para acessar uma plataforma de votação interativa, que poderia ser utilizada em telefones, computadores ou notebooks. Edvaldo recomendou que, caso alguém tivesse dificuldade em visualizar devido ao tamanho da letra, utilizasse um dispositivo com uma tela maior. Ele expressou confiança de que a ferramenta seria simples e clara, e que ninguém teria dificuldades para utilizá-la. **Rafael Farias** questionou se alguém tinha objeções à realização da próxima reunião ordinária do Conselho no dia 18, e, ao não receber manifestações contrárias, decidiu que a reunião aconteceria. Ele mencionou que Edvaldo havia indicado a necessidade de

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

ferramentas para a reunião, sugerindo que essa sessão fosse usada para discutir as metas do PEC. Destacou a importância de respeitar o horário, pois o IPHAN só permitiria a reunião até às 17h. Rafael sugeriu que, para aqueles com dificuldades tecnológicas, a participação presencial seria uma opção viável. Caso houvesse tempo, também seria discutido o tema "Pernambuco Meu País". Ele afirmou que, se não fosse possível, uma reunião extraordinária seria convocada posteriormente para tratar das pendências importantes com o governo. A pauta principal da reunião foi definida como as metas do PEC, e ele aguardou a devolutiva de Felipe Moura sobre a PNAB, solicitando que ele trouxesse as informações necessárias. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Rafael Farias Almeida (**Presidente**)

Augusto Ferrer

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Carlos Eduardo Sales de Melo

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Joab Henrique da Silva

Severino Carlos Amorim



Secretaria
de Cultura



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

Ana Paula de Santana

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Gilmar Correia da Silva

Roberto Gercino

Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Filipe Moura

Rennan Mendes dos Santos

Natália Oikawa

Dayvton Diego Almeida

Salatiel Magno Siqueira Alves

Renan Cabral da Silva

Marinna Regueira Duarte

Francisco de Assis do Nascimento